



ENCANTOS E DESENCANTOS NA ORGANIZAÇÃO DO RECÉM-INSTALADO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA - PI (1954 – 1958)¹

ENCHANT AND DISENCHANT IN THE ORGANIZATION OF THE NEWLY
INSTALLED MUNICIPALITY OF ÁGUA BRANCA - PI (1954 - 1958)

Ábdon Eres da Silva Neto *

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de discutir como se deu a organização do município de Água Branca nos primeiros anos após a emancipação política. Para isso, partimos de dois tipos de fontes: o código de posturas do município (conjunto de medidas que visavam alterar o espaço da cidade e normatizar o comportamento dos habitantes) discutido nas atas de 1956 a 1958 e, o segundo, as narrativas dos nossos entrevistados sobre a emancipação política, onde percebemos que eles alimentaram expectativas com o que o município poderia lhes trazer. Analisamos as entrevistas a partir das ponderações de Verena Alberti (2005) e Paul Thompson (1992) e as memórias levando em conta o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1993), evidenciando que as falas de nossos entrevistados situam-se dentro do contexto social da época. Tais expectativas fazem parte da face sensível da cidade, uma vez que essa, como afirma Sandra Jatahy Pesavento (2007), além de materialidade é também sociabilidade e sensibilidade. Pensamos essa contradição no município de Água Branca entre *Encantos* e *Desencantos* por meio categorias conceituais de *Representações* e *Práticas*, respectivamente, de Roger Chartier (1988). Com isso, pudemos perceber que a criação do município envolveu também a criação de expectativas nos habitantes que nem sempre foram concretizadas.

Palavras-chave: Cidade. Encantos. Desencantos.

Abstract: This article aims to discuss how the organization of the municipality of Água Branca occurred in the first years after political emancipation. To do so, we start with two types of sources: the code of postures of the municipality (a set of measures aimed at changing the city space and regulating the behavior of the inhabitants) discussed in the minutes of 1956 to 1958 and the second, the narratives of our interviewees about political emancipation, where we realized that they fueled expectations with what the municipality could bring them. We analyze the interviews from the observations of Verena Alberti (2005) and Paul Thompson (1992) and the memories taking into account the concept of collective memory of Maurice Halbwachs (1993), showing that the statements of our interviewees are within the context of the time. Such expectations are part of the sensitive face of the city,

¹Este artigo compreende parte das discussões realizadas em um dos capítulos da dissertação de mestrado do autor.

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí e Graduado em História pela mesma universidade.



since this, as Sandra Jatahy Pesavento (2007) states, besides materiality is also sociability and sensitivity. We think of this contradiction in the municipality of Água Branca between *Enchant* and *Disenchant*, through conceptual categories of *Representations* and *Practices*, respectively, by Roger Chartier (1988). With this, we could perceive that the creation of the municipality also involved the creation of expectations in the inhabitants that were not always fulfilled.

Keywords: City. Enchant. Disenchants.

Introdução

Na vasta planície surge uma colina, sobre a qual se ergue a maior parte da cidade; seus círculos, porém, se estendem por amplo espaço para além dos pés da colina, de tal modo que o diâmetro da cidade mede mais de duas milhas e seu perímetro inteiro mede sete milhas; mas como se encontra sobre uma elevação, tem muito mais habitações do que se estivesse na planície. A cidade está dividida em sete enormes círculos, designados com os nomes dos sete planetas; cada círculo se conecta com o outro por meio de quatro estradas e quatro portas, voltadas para os quatro pontos cardeais da terra; [...] No alto do monte há um grande espaço plano, no meio do qual surge um templo de estupenda arquitetura. (CAMPANELLA, 2008, p.19)

O município de Água Branca do Piauí foi instalado em primeiro de julho de 1954. Localizado na região do médio Parnaíba Piauiense, possui uma população de 16. 451 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. Destaca-se pelo comércio e possui o maior Produto Interno Bruto das cidades que se localizam em suas proximidades. Antes de ser elevado à categoria de cidade, para sediar o município de mesmo nome, Água Branca era um povoado pertencente ao município de São Pedro do Piauí, sendo subordinado administrativa e politicamente a este último.

O trecho de abertura desse artigo refere-se ao livro de Tommaso Campanella, intitulado *A cidade do Sol*, no qual o referido autor, a partir de uma descrição detalhada, constrói uma cidade utópica. A maior parte dela localiza-se em uma colina, mesmo havendo uma vasta planície sobre a qual ela poderia se estender. Uma interpretação possível para a isso é que a sua estrutura física tenha sido pensada de modo a enaltecer a figura do “chefe de todos”, chamado Sol. Este fica no templo de “estupenda arquitetura” localizado em uma posição central e no topo da colina. A chamada Cidade do Sol, dentre outras coisas, representa a



concretização do planejamento dos seus idealizadores, que a moldaram segundo seus interesses.

O planejamento de cidades não é algo distante de nossa realidade. “Brasília é um exemplo de cidade cuja concepção foi informada pela utopia” (RISÉRIO, 2012, p. 293). Ela foi projetada visando sanar os problemas sociais que existiam no Brasil. Seus idealizadores propunham uma construção urbanística que servisse de modelo, igualitária, que não desse espaço para a segregação. Essa cidade desejada, que buscava a transformação social, melhoria de vida, longe de pairar somente nos grandes projetos arquitetônicos de grandes cidades como Brasília, tem profundos apontamentos sobre, talvez, todas as cidades. No entanto, “a construção de uma utopia urbana nunca implicou, automática e necessariamente, transformação social e cultural” (RISÉRIO, 2012, p. 293). Brasília também teve seus percalços: se por um lado devia passar exemplos de ideais democráticos, por outro acabou gerando segregação, representada pelo surgimento das cidades satélite.

Foi nesse fluxo de cidade idealizada, onde sonhos e decepções se cruzaram constantemente que pensamos a organização do município de Água Branca como norteada por encantos – pelas possibilidades que a condição de município autônomo poderia trazer- e desencantos – pelo que, na prática, aconteceu. Fazendo uma aproximação teórica, podemos analisar essa contradição no município de Água Branca entre *Encantos* e *Desencantos* pelas categorias conceituais de *Representações* e *Práticas*, respectivamente, de Roger Chartier. Este autor define representações como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquele por este por lhe estar conforme” (CHARTIER, 1988, p. 21). Ou seja, ao narrar sobre o município de Água Branca, os entrevistados não tratam diretamente dele, mas da imagem deste, construída pelas subjetividades inerente a cada um. Do mesmo modo, os gestores do município ao criarem o Código de Posturas, não evocaram o município em si, mas a concretização das representações que tinham sobre ele e sobre como achavam que deveria ser o seu funcionamento, mesmo que isso significasse desconsiderar os ensejos dos demais habitantes.

O presente artigo tem o objetivo de discutir como se deu a organização do município nos primeiros anos após a emancipação. Para isso, partimos de dois tipos de fontes: o código de posturas do município (conjunto de medidas que visavam alterar o espaço da cidade e normatizar o comportamento dos habitantes) discutido nas atas de 1956 a 1958 e, o segundo,



as narrativas dos nossos entrevistados sobre a emancipação política, onde percebemos que eles alimentaram expectativas com o que o município poderia lhes trazer. Tais expectativas fazem parte da face sensível da cidade, uma vez que essa, como afirma Sandra Jatahy Pesavento (2007), além de materialidade é também sociabilidade e sensibilidade.

Empregamos a metodologia da História Oral, através da qual utilizamos a técnica da entrevista, para construir nossas fontes orais. Escolhemos assim, pessoas que se lembrassem da época em que aconteceu a emancipação política. Passamos a apresentar em forma de texto, os sujeitos históricos que dispuseram de sua existência para tornar possível essa pesquisa:

Pedro Alves dos Reis é uma pessoa bastante conhecida na cidade e é muito religioso (muitos o conhecem como Pedrinho Crente). Antes de ligar o gravador ou depois de desligá-lo, o entrevistado não dispensou sermões religiosos e conselhos. Muitas vezes ressaltou a sua insatisfação com o contexto político atual, momento em que reforçou sua participação na política local. Pedro Alves dos Reis nasceu em Castelo do Piauí, no dia 10 de janeiro de 1928. Chegou a Água Branca em 1950, junto com alguns familiares, fugindo da seca. Esteve envolvido nos assuntos políticos de 1954 e foi vereador de 1967 a 1970 no município.

Milton Floriano Siqueira, muito solícito, desde o início das nossas conversas demonstrou conhecer os aspectos mais importante da história da cidade, citando sujeitos, situações e descrevendo episódios. Neto de Floriano José de Siqueira, um dos cearenses que aparece na história da cidade como um dos primeiros moradores, o entrevistado nasceu em Água Branca em 9 de setembro de 1944 e foi também redator chefe do Jornal Folha de Água Branca, criado por ele em 1973.

Um dos nossos entrevistados não vivenciou o período, mas o escolhemos pela sua trajetória de pesquisa no município, cujo resultado foi um livro publicado em 2013, que pode ser considerado o primeiro que reúne relatos memorialísticos, imagéticos e pictóricos sobre a cidade de Água Branca². Francisco Alves Catarino exerceu diversas funções no município de Água Branca, como secretário de saúde e diretor do Hospital da cidade. Além disso, escreveu e publicou diversos romances. A sua entrevista no possibilitou aumentar o leque de informações sobre o processo de emancipação política de Água Branca, pois o que

² CATARINO, Francisco. *A História de Água Branca*. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.



conhecíamos era restrito à memória transmitida pela prefeitura, por meio de jornais, sites e outros informativos. De acordo com Alberti (2005), os pesquisadores devem se voltar à investigação exaustiva do objeto de estudo para ter uma base firme de conhecimento acerca do tema.

Em nossa análise é importante dizermos que o testemunho oral de nossos entrevistados foi tomado em concordância com Portelli (1993) que afirma que esse pode ser entendido como um evento em si, podendo ser analisado de modo a dar ao historiador não apenas informações sobre acontecimentos, mas também a possibilidade de estudar as subjetividades, a imaginação e o desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história.

A cidade, o encanto

[...] é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados (CALVINO, 1990, p. 36).

A cidade de Zenóbia é uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino e o que ela tem de extraordinário é o fato de se localizar em um terreno seco e, mesmo assim, erguer-se sobre altíssimas palafitas. Ela nos interessa por representar, dentre outras coisas, a cidade como o lugar dos desejos, a cidade como sendo construída a partir do desejo dos moradores e que eles acreditam ser o melhor para eles. Situar-se em um local seco não é limitação para ter uma arquitetura no sentido dos ensejos de quem nela residem.

A cidade pode ser, assim, moldada constantemente pelos habitantes, mas continua dando forma aos desejos ao longo dos anos, sendo a base da qual partem para criar em sua mente expectativas melhores de vida. Um ideal de cidade pode também ser criado pela imagem concebida a partir de outras cidades: um conjunto de referências que servem de base para pensar um novo modo de vida.

Mas antes era preciso “passar a cidade”. Em Água Branca, o ideal de vida cidadina se concretizaria com a criação do município. Na fala dos entrevistados havia a ideia de que o status político da localidade era sinônimo de transformações positivas. Dessa forma, criando o



município, criava a cidade e abriria portas para tudo que lhe fosse por direito: o direito de escolher os próprios representantes políticos, melhores alternativas de moradia, ruas calçadas, empregos, iluminação pública.

Milton Floriano Siqueira nasceu em Água Branca em 1944 (quando esta ainda era vinculada a São Pedro do Piauí). Quando aconteceu a emancipação política, Milton Floriano tinha dez anos de idade. Perguntamos de quando datavam as iniciativas para a criação do município e ele nos diz:

Rapaz quando eu vi falar, dez anos a minha lembrança para cá, aos seis anos já se falava, que ia passar a cidade. Eu lembro até que quando foi aprovada a lei que mandaram lá para a Assembleia, que foi aprovada. Houve um grande foguetório aqui. Que foi aprovado a lei da emancipação, houve muito foguete. Até eu mesmo me alegrei. *Eu disse: Eta, agora mesmo eu vou morar numa cidade!* (SIQUEIRA, 2018).

A memória do entrevistado sobre o dia em que foi aprovada a lei para a criação do município de Água Branca foi marcada pelos foguetes, cuja utilização significou a passagem da localidade da condição de povoado para cidade. Mas seria possível que o Milton Floriano Siqueira criança fosse, àquela época, capaz de compreender que aqueles fogos representassem mais que o barulho que rompia com o silêncio de um dia qualquer? Maurice Halbwachs nos ajuda a responder essa pergunta e a entender a lembrança de nosso entrevistado. De acordo com o referido autor, “pela atitude da gente grande diante do fato que nos impressionara tão vivamente, sabíamos muito bem que ele merecia ser retido. Se nos lembramos é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele” (HABWACHS, 1990, p. 82). Para Maurice Halbwachs quando uma criança testemunha um acontecimento, este pode impressioná-la pelos detalhes que o caracterizaram e foram capazes de impressionar. Entretanto, ele permanece na memória porque a criança já participa de correntes do pensamento coletivo e é capaz de ver como os adultos à sua volta dão importância ao acontecimento. “Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que vemos raiar seu significado histórico” (HABWACHS, 1990, p. 82).

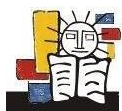
Dessa maneira, a “fogueta” da qual Milton Floriano Siqueira diz se lembrar foi percebido por ele enquanto criança, porém, a comoção social do círculo de pessoas com quem ele mantinha contato, foi suficiente para que o entrevistado percebesse que os foguetes



celebravam um acontecido importante para todos os habitantes de Água Branca. E assim, em torno dessa lembrança, ele ver emergir, ainda criança, o significado histórico do episódio que assistia (HABWACHS, 1990).

A fala de Milton Floriano Siqueira serve-nos de base para pensarmos que ideias ele tinha do que seria a cidade. A frase grifada no fragmento de entrevista que destacamos faz-nos lembrar de Sandra Jatahy Pesavento quando afirma que desde cedo, o “ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade [...]” (PESAVENTO, 2007, p. 11). O que morar num ambiente cidadão, oficialmente falando, implicaria para o entrevistado? Mudanças. Novidades. Liberdade. Crescimento. Facilidades. Status, talvez. O certo é que a forma que Milton Floriano Siqueira fala deixa soar uma *representação* positiva dessa transformação de povoado a cidade, fato percebido em outro trecho quando perguntamos o que seria melhor em morar numa cidade e ele afirma: “Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo [...] se orgulhava mais de morar na cidade” (SIQUEIRA, 2018). Melhorias, desenvolvimento e o orgulho de ter um *ethos* urbano são elementos que caracterizam a representação que Milton Floriano Siqueira faz da cidade de Água Branca que ainda seria instalada, com os quais tivemos acesso por meio da história oral – metodologia que, de acordo com Alberti (2004), é um terreno propício para o estudo das subjetividades e representações do passado.

Não podemos deixar de considerar que a memória de Milton Floriano Siqueira está também permeada de valores defendidos pelas pessoas do seu círculo de convívio, mais especificamente do grupo de pessoas que defendia a criação do município em 1954. A memória de Pedro Alves dos Reis, mais velho na época da emancipação e mais envolvido nos meios políticos, nos dá conta do modo de pensar desse grupo. Quando lhe perguntamos o porquê do interesse em emancipar Água Branca, o entrevistado, que tinha 26 anos no período, diz o seguinte: “Nós queríamos emancipar Água Branca, porque nós queríamos ter o nosso próprio prefeito, nós queríamos ter os próprios vereadores, nós precisávamos ter juiz como nós temos hoje aqui, nós precisávamos ter um hospital um pouco mais forte [...]” (REIS, 2018). A emancipação, para o entrevistado, envolvia diretamente a autonomia, ter equipamentos e estrutura urbana próprias, que não dependessem de São Pedro do Piauí.



Reparemos que no fragmento acima, o uso do *nós* pelo entrevistado parece referir-se aos moradores de Água Branca³. Entretanto, se considerarmos este outro fragmento “E aí *nós* botemos Raimundo Rodrigues Matos e foi ele o prefeito que foi eleito com trinta e poucos votos de maioria” (REIS, 2018), percebemos que seu significado pode remeter também ao grupo político que Pedro Alves dos Reis participava, pois devemos considerar que na época a que ele se refere, dois candidatos disputavam prefeitura de Água Branca. A forma como Pedro Alves dos Reis usa a linguagem remete a coisas que estão presentes, mas que não estão sendo ditas. Lembremo-nos dos ensinamentos de Paul Thompson: “[...] o que podemos esperar ganhar pela influência da psicanálise é ouvido mais perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação, mais do que a chave de um quarto secreto” (THOMPSON, 1992, p. 205).

A narrativa é dotada de um jargão político, uma aglutinação de palavras e expressões que parecem o recorte de várias partes de outros discursos. Isso pode ser resquício dos anos em que foi vereador do município de Água Branca. Em toda a entrevista Pedro Alves dos Reis usa a primeira pessoa do plural, “*nós*”, exceto quando está tratando da sua vida pessoal, ou seja, ele não está falando por ele, mas em nome de um grupo que não disse por quem era constituído, mas que está presente em suas falas.

Se, como afirma Maurice Halbwachs, “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros” (HABWACHS, 1990, p. 30), ainda que não estejam presentes, a recordação de Milton Floriano Siqueira e Pedro Alves dos Reis evidencia não apenas o posicionamento deles diante do que traria o novo município, mas também do grupo a que faziam parte. Assim, essa *representação* positiva do que seria a cidade fez-se presente também no círculo de pessoas que lhes foram contemporâneas.

Francisco Alves Catarino, que teve contato com narrativas de diversos sujeitos, moradores da localidade, quando fazia as pesquisas para o seu livro sobre o município de Água Branca, ao ser indagado sobre os motivos da emancipação ressalta que:

³ Aqui estamos dando ênfase à população que morava no povoado Água Branca. Destacamos que quando o município de Água Branca foi criado, seu território passou a ser constituído por outros povoados, como Lagoinha, Barro Duro, Olho D’água. Não conseguimos perceber o grau de pertencimento de pessoas dessas localidades com Água Branca.



Era a cidade querendo ter vida própria, ser independente de São Pedro, porque tudo aqui era São Pedro: os colégios, a parte jurídica, tudo dependia de São Pedro, os cartórios, tudo era São Pedro. Já era uma cidade, já era um povoado bem desenvolvido e tinha necessidade de ter vida própria. E tinha necessidade de não depender de São Pedro para nada. Então, foi assim que eles criaram. A razão deles lutarem por essa emancipação (CATARINO, 2018).

Francisco Alves Catarino teve a mesma conclusão que Pedro Alves dos Reis sobre o que teria motivado a criação do município. Em sua fala, coloca cidade como um lugar dotado de desenvolvimento comercial e potencial de se desenvolver mais ainda. Isso, para o entrevistado, fazia Água Branca ser uma cidade, mas com status de povoado. Era preciso libertá-la. A busca pela liberdade, ter colégios e cartórios próprios, é o que moveu a “luta” pela emancipação.

Mais uma vez, agora na fala de Francisco Alves Catarino, a *representação* sobre o que seria a cidade foi permeada de elementos positivos. Pelo visto, criar um município indicava não apenas o desmembramento de um território, mas a criação de algo novo e diferente, melhor e em oposição à situação de povoado. As representações dos entrevistados têm em comum o fato de evidenciarem expectativas sobre a nova condição que a localidade em que viviam passaria a ter. Entretanto, isso não indica que na prática, seus ensejos tenham sido concretizados.

A cidade, o desencanto

Ao lembrar-se do dia em que foi aprovada a lei para a criação do município de Água Branca, Milton Floriano Siqueira demonstra a exultação que, na época, teve ao pensar na possibilidade de morar numa cidade. Ao perguntarmos o porquê da comemoração e o que ele achava que ia ser melhor em morar numa cidade, obtivemos a seguinte resposta:

Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo, é porque fazia... *tinha pouca experiência*, mas me alegrou, alegrou todo mundo, que ia ter mais desenvolvimento, que as escolas iam melhorar, *se orgulhava mais de morar na cidade* (SIQUEIRA, 2018).



A fala de Milton Floriano Siqueira nos aponta para três caminhos. O primeiro deles, o da expectativa, no qual as pessoas se alegraram por acreditarem que a emancipação traria avanços. O segundo, que não destoava do primeiro e refere-se ao orgulho gerado pelo sentimento de pertencer, de dizer que mora numa cidade. O povoado foi considerado, desse modo, um elemento menor em relação à cidade. Ser um povoado não denotava o orgulho que o título de cidade traria. E o terceiro caminho foi o da decepção. Milton Floriano Siqueira se lembra de algo de quando ainda era criança e considera que possuía pouca experiência para entender o que estava acontecendo. Nesse momento ele lança sobre si uma avaliação do que havia pensado, deixando implícito que, com a experiência de hoje, não teria se encantado tanto pelas promessas em torno da criação do município de Água Branca.

Após a instalação do município que aconteceu em primeiro de julho de 1954 a primeira atitude foi nomear um interventor (Manoel Ferreira Bispo) que deveria gerir a municipalidade até que fosse eleito um prefeito, tal qual constava na lei de criação de município. Para o pleito eleitoral que aconteceria naquele mesmo ano, inscreveram-se dois candidatos: Raimundo Rodrigues Matos (um comerciante de Água Branca e então vereador de São Pedro) pela UDN (União Democrática Nacional) e Francisco Soares de Macedo, conhecido como Chico Termino (então vice-prefeito de São Pedro) pelo PSD (Partido Social Democrático). Esses eram os dois principais partidos do Estado e já tinham uma rivalidade política histórica⁴.

Se um dos principais ensejos dos moradores era a possibilidade de poder escolher os próprios representantes políticos temos que considerar que, dentro de suas limitações, o processo eleitoral de 1954 permitiu isso aos habitantes do novo município.

Em outro momento da entrevista, quando perguntamos a Milton Floriano Siqueira se a criação do município trouxe melhoras ele afirma que, depois da emancipação, Água Branca: “Melhorou, melhorou muito, melhorou bastante, principalmente quando foi instalada a prefeitura. Mas mesmo assim, houve muita briga...ainda houve muita briga” (SIQUEIRA, 2018). As brigas a que se refere o entrevistado dizem respeito ao primeiro mandato municipal do vencedor do pleito eleitoral de 1954, Raimundo Rodrigues Matos. Ao perguntarmos sobre o que se lembrava desse período ele diz:

⁴ De acordo com Marylu Oliveira, “apesar da existência de outras siglas no Piauí, as disputas políticas partidárias, logo após o fim do *Estado Novo* em 1945, polarizavam-se entre UDN e PSD” (OLIVEIRA, 2016, p. 114).



Eu só lembro de confusão. Queria se impor esse Zezé Leão⁵, ele sempre vinha na cidade aos domingos com os capangas, bebia nos bar, inclusive, no bar do Raimundo Termino, que era irmão do Chico Termino, aí fazia o que queria, surrava gente, brigava, brigava muito, atirava para cima... (SIQUEIRA, 2018).

A sua memória, assim como a de outros tantos moradores, acerca do primeiro governo municipal de Água Branca está associada a atos de violência, representada especialmente, na figura de Zezé Leão. Este é uma figura marcante no imaginário das pessoas da região. Na perspectiva de Francisco Atanásio (ATANÁSIO, 2013) as narrativas que criam uma dimensão imaginária sobre Zezé Leão possuem duas finalidades. A primeira é cultural e se refere às simbologias em torno de sua imagem e a segunda é de ordem social. Desse modo, a perspectiva do referido autor nos permite entender a permanência da figura de Zezé Leão nas memórias dos moradores pela força simbólica que a sua imagem possuía no período e pelo contexto sociopolítico, caracterizado por atos de violência na política.

Pedro Alves dos Reis ao ser perguntado sobre esse momento diz que

[...] naquela época Água Branca era quase como que uma Coreia, era uma luta. Se matava muita gente naquela época aqui, viu? Inclusive, aqui, justamente, os Leões daqui da região eles eram ligados ao grupo de São Pedro do Piauí, está entendendo? (REIS, 2018)

A imagem de Água Branca como uma Coreia remete, provavelmente, à Guerra da Coreia que aconteceu entre 1950 e 1953 e teve repercussão mundial, devido ao instável momento da Guerra Fria em que o mundo vivia. Quando perguntamos a Milton Floriano Siqueira sobre o porquê de chamarem Água Branca de Coreia ele explica: “Porque disseram

⁵ “Conhecido como o ‘Lampião do Piauí’, José de Arêa Leão nasceu em 29 de novembro de 1901, em São Pedro do Piauí, e faleceu em 1956, assassinado pela polícia, na cidade de Água Branca (PI). Filho de grande latifundiário da região central do Estado, recebeu patente de capitão da brigada militar por ajudar a consolidar a Revolução de 1930. Sobre a fama de cangaceiro, Arimathéa Tito Filho aponta o que seriam as origens de tal representação: ‘A origem de sua fama de cangaceiro e matador está num conflito de terras envolvendo sua família, os Arêa Leão, e o coronel José Liberato, outro grande latifundiário da região do município de São Pedro – que depois daria origem a um punhado de cidades como Água Branca, Hugo Napoleão e Miguel Leão (homenagem ao mais velho dos quatro irmãos homens da família). A briga entre os Arêa Leão e Liberato pela posse de terras se alastrou por mais de uma década no interior do Estado. Foi o conflito armado que provocou o aparecimento do bando de jagunços, profissionais contratados para executar ‘serviços’ e proteger as fazendas. Zezé Leão e seu bando ficaram famosos por se empregarem a essas ações.’” Retirado de: (OLIVEIRA, 2016, p. 109).



que tinha uma Coreia do Norte lá. Uma Coreia lá que matava gente todo dia, acho que ainda era por causa dessa Coreia do Norte [...]” (SIQUEIRA, 2018). O contexto de violência que caracterizava a Coreia no início da década de 1950, serviu de lente comparativa para os moradores associarem ela a Água Branca nos meados dessa mesma década. O que ajuda a endossar essa visão de Pedro Alves dos Reis é, mais uma vez, Zezé Leão. O contexto de violência na cidade, provocado em grande parte, por relações políticas mal resolvidas, ajustam a situação vivida pela cidade ao que acontecia na Coreia. Dessa forma, a descrição dos dois entrevistados associa a violência às investidas dos “leões” (membros de uma das famílias mais tradicionais do estado). De acordo com Francisco das Chagas O. Atanásio, os integrantes dessa família “ocuparam espaços de visibilidade política, criando assim um ciclo oligárquico em torno do nome Arêa Leão” (ATANÁSIO, 2013, p. 369). No contexto da emancipação política de Água Branca, segundo as narrativas dos entrevistados, os membros da família Arêa Leão representavam os interesses do município de São Pedro, disputando - ao lado de Chico Termino – as eleições contra Raimundo Rodrigues Matos. Com a vitória deste último, ao invés das disputas políticas endossadas por atos de violência cessar, elas continuaram.

O que era esperado era que a criação do município apaziguasse a situação de violência e brigas que havia na cidade, especialmente, depois que os ânimos exaltados com o processo eleitoral se tranquilizaram, porém, não foi o que aconteceu. Água Branca, agora, cidade da violência (e não mais a cidade idealizada, do progresso e melhorias) não condizia com a ideia de ordem pregada pelo modo de viver urbano. A forma como esses entrevistados relataram as mudanças advindas com a criação do município exemplificam as contradições que envolveram o processo. Se por um lado representou a possibilidade de modificações na localidade, na prática elas não trouxeram o esperado.

Mas isso não tem nada de incomum. Antônio Paulo Rezende, ao tratar sobre os encantos e desencantos da cidade de Recife com a modernidade na década de 1920, evidencia as contradições que perpassam a sociedade, onde o discurso de progresso e desejo de mudança que a fascinante modernidade, anunciada nos jornais e nos discursos políticos, não foram capazes de superar as desigualdades sociais ou de atender a todos os moradores da cidade.



No discurso dos sujeitos históricos, a ideia de modernidade esteve associada a capacidade crescente do homem de emancipar-se do obscurantismo, do preconceito e construir o reino da liberdade. A efetivação de uma sociedade mais justa, envolvida pela fantasia promissora do progresso. É claro que o conteúdo radical dessa modernidade apresenta concepções de mundo conflitantes e leituras diferentes quanto à maneira como o homem deve administrar as contradições sociais. Todos apostam, porém, no progresso, em um incessante desenvolvimento da capacidade humana em gerir e superar seus problemas (REZENDE, 1997, p.18).

Por que não aplicar essa leitura da modernidade, suas idealizações e desencantos às imaginações e desapontamentos com a criação do município de Água Branca? O discurso que lançava convicções sobre progresso e desenvolvimento no município foi usado como meio para defender a sua criação e acabou gerando expectativas que, nem sempre, foram correspondidas.

Antônio Paulo Rezende afirma que “as cidades foram os grandes cenários da modernidade” (REZENDE, 1997, p.21), mas também são o cenário das contradições e das questões urbanas que envolvem a criação de um município. Água Branca, sede do novo município criado, deveria ser o polo irradiador do progresso, a concretização das promessas feitas pelos discursos de emancipação.

As contradições entre o que os moradores esperavam e o que se concretizou também puderam ser evidenciados no Código de Posturas do município. E é partindo dele que poderemos perceber que os projetos dos primeiros gestores buscavam dotar o perímetro urbano da cidade dos “melhoramentos” essenciais.

O primeiro projeto da Câmara foi do Vereador João Elói de Sousa e estava relacionado aos códigos de postura e tributário. O código de posturas define uma série de comportamentos e formas de organização que devem orientar as pessoas que moram na sede do município. A prioridade dada a esse projeto pode indicar o quanto era importante impor regras às vivências no município, especialmente em sua sede. Dessa forma, durante o ano de 1955, a maioria das leis será promulgada pelo prefeito municipal no sentido de promover a organização do espaço.

A preocupação com a cidade e, principalmente, com o seu centro é algo constante na história. Francisco Alcides do Nascimento (2015, p. 141) ao tratar das transformações urbanas em Teresina entre o final da década de 1930 e o início de 1945, ressalta que o governo tinha



uma proposta de intervenção modernizante à cidade construída em 1852. A cidade precisava se adequar a um dos símbolos da modernidade que era o automóvel, pois as ruas estreitas e os muitos cruzamentos não eram compatíveis com os ideais de modernidade. É nesse sentido que o projeto para a cidade dos sonhos vai ganhando concretude e é nesse mesmo rumo que as intervenções em Água Branca prosseguiram, guardando as óbvias diferenças estruturais.

Em junho de 1955, o poder municipal de Água Branca aprova o Código de Posturas e traz no primeiro título a divisão administrativa do município em três zonas: zona urbana, zona suburbana e zona rural. Logo em seguida as especificações acerca da localização dos terrenos:

Os terrenos urbanos ou de primeira classe, ficam compreendidos no perímetro da Cidade propriamente dita, conforme determinação do Prefeito para cobrança dos impostos respectivos. Parágrafo segundo, os termos suburbanos, ou de segunda classe, são os que excedem os limites do perímetro urbano, sejam continuação das ruas e praças da cidade ou esteja a margem das estradas reais. Parágrafo terceiro, os terrenos rurais ou de terceira classe, são os terrenos do patrimônio, não compreendidos nos parágrafos anteriores (CÂMARA Municipal de Água Branca, 13 de agosto, 1955).

Reparemos que os terrenos são hierarquizados em três classes: primeira, segunda e terceira. Os terrenos da sede municipal representam a primeira ordem. É claramente, este, escolhido como o lugar privilegiado do município, deixando os outros dois em condições inferiores. Enquanto mais se distancia da zona urbana, menos valorizados tornam-se os terrenos. O que deixa evidente quem terá acesso a esses terrenos, pessoas com poder aquisitivo maior.

Francisco Alcides do Nascimento, ao estudar os incêndios em Teresina no final da década de 1940, cita Maria Mafalda Baldoíno, para quem a elite piauiense das últimas décadas do século XIX relacionava a existência de ordenação da sociedade para que houvesse progresso. Com os ideais de avanços propostos pela criação da cidade, o espaço de Água Branca também precisava ser ordenado, processo evidentemente, excludente e que “está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana” (NASCIMENTO, 2015, p. 220).



A Lei nº 34 trinta e quatro, de dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco determina a urbanização de Água Branca por meio do loteamento das áreas devolutas.

Artigo primeiro. O Executivo Municipal de Água Branca fará urbanização da cidade aplicando as modificações indicadas na planta do levantamento, dentro do prazo de vinte (20) anos, a contar da vigência desta lei: Artigo segundo. As desapropriações de terreno aplicadas no plano de urbanização serão indenizadas por áreas devolutas a critério do Prefeito Municipal (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

A medida promete a urbanização da cidade, porém, garante que haverá desapropriação. Os melhoramentos urbanos que a cidade tem a oferecer têm os seus sacrifícios. Dessa forma, pela Lei nº 35 (trinta e cinco), escrita a seguir, promulgada em dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco, é concedido o direito da Prefeitura incorporar as áreas de domínio privado encravadas na sede do Patrimônio Municipal:

Artigo primeiro: Ficam desapropriados sem ônus para a Prefeitura Municipal de Água Branca todos os terrenos contidos dentro do perímetro constante da aquisição feita em 22 de Agosto de 1955, ao senhor Jesuíno Barbosa Monteiro com a área aproximadamente de 127 (cento e vinte e sete hectares). Artigo segundo: Fica assegurado o direito de posse dos proprietários mediante a substituição dos títulos de propriedade pelas respectivas cartas de aforamento sem ônus por parte dos mesmos. Parágrafo primeiro: No ato da substituição do título de propriedade pela Carta de Aforamento, serão demarcados os respectivos terrenos, cabendo ao proprietário pagar as taxas de demarcação e urbanização (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

Das determinações desta lei destacamos o poder dado à prefeitura de se apropriar das terras já ocupadas por moradores, sem receber nenhum prejuízo por isso. Caso o proprietário quisesse ficar com a propriedade, ele deveria se submeter às medidas de aforamento e apesar de dizer que ele não teria que pagar nada por isso, logo em seguida, é destacado que ele deveria arcar com os gastos com taxas de demarcação e urbanização.

Mas que cidade era essa que tanto prometeu mudanças e agora excluiu boa parte da população dos espaços mais privilegiados com melhoramentos urbanos como calçamento, iluminação e abastecimento de água? Por decisão municipal ficou decidido que as terras devolutas da sede municipais seriam concedidas por aforamento para quem se interessasse.



Assim são definidos os detalhes que as construções deveriam ter: “com frente mínima de (10) dez metros para a via pública e áreas de (150) cento e cinquenta a (400) quatrocentos metros quadrados, pagáveis em (20) vinte prestações mensais de igual valor a ser fixada em tabela especial baixada pela Câmara Municipal” (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955). A questão que se coloca novamente é: todos que se interessassem teriam condições de arcar com os valores estabelecidos?

O poder público também estabelecia o valor das taxas a serem pagas.

I) Zona Norte (ao norte da Avenida José Miguel) Conversões de terreno foreiro a Cr\$ 1.50 um cruzeiro cinquenta centavos, o metro quadrado. II: Zona Sul, ao Sul da Avenida na Zona suburbana. Cr\$ 1.50 um cruzeiro e cinquenta centavos, o metro quadrado. III – Zona sul, ao sul da Avenida José Miguel, zona Suburbana ao sul da Avenida Getúlio Vargas, Cr\$ 1.20 um cruzeiro e vinte centavos, o metro quadrado. IV – Taxa de demarcação Cr\$ 1. 00, um cruzeiro por metro linear de perímetro pago por cada confrontante a Prefeitura Municipal. V- Taxa de urbanização Cr\$ 0,20 vinte centavos por metro quadrado para a taxa norte-sul, e zona sul urbana, e, Cr\$ 0.10 dez centavos por metros quadrado para zona suburbana. VI – Taxa de foro anual para a zona norte e zona urbana sul, Cr\$ 0,02 dois centavos por metros quadrado, e, para a zona suburbana, Cr\$ 0,01 um centavo por metro quadrado (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

O ponto de referência era a Avenida José Miguel. De Norte a Sul dessa avenida o preço do aforamento era de 1,50 cruzeiros. Na medida em que se distanciava dessa avenida, indo rumo à Avenida Getúlio Vargas o preço caía para 1,20 cruzeiros, denotando claramente a segregação espacial e reforçando que seria mais difícil para a população adquirir terrenos na sede municipal. Dessa maneira, o objetivo era usar o valor das taxas para melhorar a sede do município, loteando terras devolutas para aforamento de modo desenvolver a cidade. O poder público estabelece medidas que deviam ser seguidas para a realização das obras. Estipulava um valor e taxas a serem pagas, e prazos a serem seguidos. Mas não é evidenciada nenhuma medida que garanta à população condições para se enquadrar nessas regras sancionadas.

Artigo sete: todas as pessoas que aforarem terrenos para construção de casas na zona urbana, serão obrigadas a começar o serviço dentro do prazo de seis meses, a contar da data de concessão, devendo concluir o serviço no prazo de dezoito meses, a contar da mesma data. Parágrafo primeiro: entende-se por começo de edificação levantamento de alicerces e por conclusão o



revestimento do prédio respectivo, calçadas. Parágrafo segundo: os infratores incorrerão a multa de cento e cinquenta a oitenta cruzeiros e dobrados em reincidência. Parágrafo terceiro: Todas as construções novas ou reconstruções não poderão ter menos de quatro metros de altura na frente (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto, 1955).

É proposto, assim, um ordenamento do espaço de forma autoritária, a população não tinha garantias caso se recusasse a ceder um terreno. E caso desobedecesse alguma das restrições havia penalidades a serem pagas. Francisco Alcides do Nascimento trata de algo semelhante ao estudar a cidade de Teresina. Segundo ele, a prefeitura desta cidade obrigou os proprietários de imóveis a recuarem seus edifícios “para que as ruas ganhassem dimensões mais largas, e permitindo, também, criar mais espaço para a arborização” (NASCIMENTO, 2015, p. 144).

Como era ao prefeito permitido a desapropriação de estabelecimentos, sempre que achasse necessário, o poder público poderia tirar casas para alargar ou abrir ruas, praças e construir estabelecimentos, com a justificativa de estar fazendo isso para o bem geral do município. As ruas não poderiam ser feitas de qualquer jeito, de modo que o código de posturas define a largura de 10 metros. A disposição das ruas é pensada levando em conta o embelezamento, a ventilação, a salubridade e a higiene, para o conforto e bem estar dos cidadãos. Era com base nesses argumentos que o poder público justificava suas ações dentro do espaço da cidade. É em nome do embelezamento, por exemplo, que as pessoas podiam ser removidas das suas casas para dar lugar a ruas ou à construção de um estabelecimento. Uma clara expressão da existência, na cidade, de “uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 2004, p. 20).

A “todo proprietário é obrigatório a reconstruir e conservar o seu passeio de modo a não prejudicar a estética e o asseio da cidade e não dificultar o trânsito público” (CÂMARA Municipal de Água Branca, 04 de junho, 1955). As calçadas eram assim de responsabilidade dos moradores das casas. Morar na cidade exigia responsabilidades. A arborização ficava por conta da prefeitura, porém, “ninguém poderá cortar ou danificar as árvores plantadas pela Prefeitura, nas ruas e praças desta cidade. E o prefeito poderá mandar cortar as árvores que não esteja dentro do alinhamento ou então que sua conservação se torne inconveniente por qualquer motivo” (CÂMARA Municipal de Água Branca, 04 de junho, 1955). A cada responsabilidade, uma obrigação e a legitimação do seu poder. Da mesma forma que a “nova



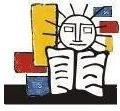
Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportava atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada” (NASCIMENTO, 2015, p. 159) a nova Água Branca, emancipada, não poderia admitir práticas que fossem opostas à ideia de urbano. Algumas práticas seriam ordenadas: a matança de gado, caprinos e suínos só poderá ser feita no matadouro público, a não ser que o prefeito autorizasse o contrário. E outras foram proibidas:

Fica expressamente proibido a criação de gado, caprino, suíno [...] e vacum na zona urbana e suburbana da cidade, bem como cães na parte urbana. Artigo 52: Sem licença do Prefeito, ninguém poderá armar barracas, quiosques, pavilhões ou qualquer outra construção deste gênero, nas ruas ou praças desta cidade (CÂMARA Municipal de Água Branca, 10 de agosto de 1955).

As decisões do código de postura se estendiam para fora da cidade, impondo normas sobre o corte de árvores nas beiras de olhos d’água ou de reservatório de água permanente. Também incidirá sobre o mercado público da cidade. Dessa forma, vemos no município o poder público agindo, definindo normas de comportamento, as leis e regras a serem seguidas para organizar o espaço urbano. Essa ideia de que há a necessidade de um poder que gerencie a cidade, representando os desejos de todos os habitantes nos permite pensar o código de postura como uma *representação* dos gestores públicos acerca do que deveria ser a cidade.

Na perspectiva de Roger Chartier, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17). Vejamos que as normas impostas se justificavam por argumentos racionais como embelezamento, ventilação e circulação das pessoas, mas isso não indicava explicitamente quem poderia ser prejudicado.

Sendo assim, na concepção do referido autor, é importante relacionar o discurso com a posição de quem o utiliza. No caso analisado, o conjunto de normas que constitui o código de posturas de Água Branca é proferido nos meios oficiais e dá prioridade aos interesses do grupo que está no poder. Isso ajuda a explicar o porquê de favorecer grupos com maior poder aquisitivo, excluindo boa parte da população que não fosse capaz de se adequar financeiramente às suas normas. É interessante mencionar que nem por isso suas medidas foram necessariamente concretizadas ou totalmente obedecidas pela população.



Por meio das narrativas dos entrevistados, percebemos que o código de posturas do município não foi marcante na memória dos entrevistados. Ao tratarmos das mudanças após a criação do município ele não é mencionado, nem mesmo projetos de alargamento de ruas ou remoção de casas para construção de novas estradas. Quando perguntamos diretamente sobre as desapropriações que ocorreram na cidade o entrevistado Milton Floriano Siqueira não associa ao governo de Raimundo Rodrigues Matos, mas ao do prefeito Callado Neto⁶, na década de 1980. A sua memória o leva ao projeto de ampliação da parede do açude de Água Branca para a criação de peixes. De acordo com ele, o prefeito desapropriou parte do quintal da casa das pessoas que moravam nas proximidades do açude, gerando insatisfações, já que o gestor municipal não indenizou os moradores.

Quanto a desapropriações totais do terreno para construção pública, Milton Floriano Siqueira lembra um caso que também não remete aos primeiros anos após a emancipação política:

Desapropriação de casa para demolir foi só ali na praça, um comércio que tinha ali na praça primeiro de julho, era até uma bomba de gasolina e um prédio muito bonito e um bar que tinha de dois pavimentos. Queria melhorar a praça e não tinha como com aquele prédio ali. Aí ele tentou negociar e nunca conseguiu e mandou demolir e deu outro terreno, onde é o Posto Maratá (SIQUEIRA, 2018).

No caso lembrado pelo entrevistado ressaltamos dois elementos: o interesse da gestão municipal em realizar a ampliação da praça e a resistência do proprietário do prédio em ceder o terreno. Os ensejos díspares dos dois sujeitos envolvidos se resolveu com a demolição do prédio e a doação de outro terreno para o dono. A divergência de modos de visão dos dois envolvidos pode ser mais uma vez compreendida dentro da noção de representação de Roger Chartier. De acordo com este autor, a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p. 17). Se o código de posturas é uma *representação* sobre como deveria ser a cidade, a resistência do proprietário do prédio também pode ser vista como tal. Desse modo temos uma luta de representações, onde dois modos de ler o mundo entram em divergência.

⁶ José Callado Neto foi prefeito de Água Branca de 1983 a 1988



Considerações finais

A partir do exposto, podemos perceber a cidade de Água Branca sendo pensada e construída pelos seus moradores. O processo de emancipação foi um acontecimento político que envolveu as sensibilidades dos habitantes da localidade, alimentando desejos sobre o que o título de cidade traria para a suas vidas, como o ensejo por autonomia, por poder escolher os próprios representantes políticos, obter mais recursos para escolas, distribuição de água e energia, calçamentos. Estas foram as *representações* dos habitantes.

Por outro lado, a criação do município exigiu do poder público local ações que constituíam as *representações* dele sobre como deveria ser a nova cidade. Foi aí que pudemos ver que as normas da prefeitura representavam interesses específicos, se contrapondo a muitos dos desejos dos entrevistados, evidenciando formas diferentes de pensar a cidade. Essas *representações* divergentes deram origem a *práticas* como as decisões dos gestores em alterar o espaço ou de criar normas de comportamento. O interessante foi perceber os diálogos entre essas *representações* que convivem nas dinâmicas relações urbanas e que só podem ser percebidos quando ajustamos nosso olhar para as sensibilidades que envolvem o ambiente cidadão.

Fontes

- CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 04 de junho de 1955. Livro de atas. Forma física.
- CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 10 de agosto de 1955. Livro de atas. Forma física.
- CÂMARA Municipal de Água Branca, ata da sessão de 13 de agosto de 1955. Livro de atas. Forma física.
- CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.
- REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.
- SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Maio, 2018.



Referências Bibliográficas:

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ATANÁSIO, O. Francisco Chagas. Zezé Leão: violência, narrativa e mito. **Tempos Históricos**. Volume 17, p. 364-383. 2 semestre de 2013.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. São Paulo: Editora Escala, 2008.
- CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.
- PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, 1993, p. 41.
- REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RISÉRIO, Antônio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.